

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ILMO (A) SR (A). PREGOEIRO (A),

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PIR-020216/002310/2025.

**AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.**, sociedade empresária, com sede estabelecida na Av Morumbi, 8234 - 3.andar, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04703-901, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 00.331.788/0001-19, e com filial estabelecida na Estrada da Boa Esperança, nº 650, Belford Roxo/RJ, inscrita sob C.N.P.J. n.º 00.331.788/0006-23, doravante denominada **IMPUGNANTE**, vem, mui respeitosamente, perante V.Sa., com fulcro no artigo 164 da Lei 14.133/21, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO** ao edital convocatório, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO E APARELHOS RESPIRATÓRIOS CPAP E BIPAP, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Com a finalidade de cumprir, de forma integral, ao que dispõe os princípios e normas que regem o processo licitatório, a IMPUGNANTE vem, através desta, requerer ao (à) Ilmo (a) Pregoeiro (a), que avalie esta peça de impugnação e, conseqüentemente, reavalie o presente edital convocatório.

## **I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.**

A **IMPUGNANTE** eleva sua mais alta estima a esta Douta Comissão de Licitação e esclarece que o objetivo desta impugnação ao edital da licitação em referência não é o de procrastinar o bom e regular andamento do processo, mas tão somente, evidenciar os pontos que necessitam ser revistos, pois se mantidos provocarão a violação dos princípios e regras que regulam o processo licitatório e poderão inviabilizar o prosseguimento do feito e a contratação.

## **II. DA INEXEQUIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL.**

Em se tratando de licitações é essencial evitar entendimentos inadequados e diversos quanto aos termos do edital e seus anexos, que possam resultar em propostas desconformes com as condições indispensáveis para a Administração, desnivelando a disputa em prejuízo à saudável Competição e as condições de Isonomia entre os diversos participantes, com a finalidade de se obter a oferta mais vantajosa.

Ensina o eminente Administrativista Hely Lopes Meirelles [Licitação e contrato administrativo. 12. Ed. São Paulo: Malheiros, 1999. P.112]:

*“O objeto da licitação é a própria razão de ser do procedimento seletivo destinado à escolha de*

*quem irá firmar contrato com a Administração; se ficar indefinido ou mal caracterizado passará para o contrato com o mesmo vício, dificultando ou até mesmo impedindo a sua execução.”(g/n)*

*“A definição do objeto da licitação, é, pois condição de legitimidade da licitação, sem a qual não pode prosperar o procedimento licitatório, qualquer que seja a modalidade de licitação. É assim porque sem ela torna-se inviável a formulação das ofertas, bem como o seu julgamento, e irrealizável o contrato subsequente.”(g/n)*

Desta forma, faz-se imperiosa a análise dos pontos abaixo apresentados, por constituírem fatores impeditivos para a formulação de propostas.

### III. QUANTO A EXIGÊNCIA DE NOBREAK

Dispõe o edital em sua CLÁUSULA 12 – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, subitem 12.5:

**12.5** – Para garantir a continuidade e segurança do tratamento, bem como a proteção dos equipamentos locados (CPAP, BIPAP e concentradores de oxigênio), fica estabelecida a obrigatoriedade da disponibilização de **Nobreak** junto à locação.

Inicialmente, cumpre esclarecer que os equipamentos nobreak comumente utilizados no mercado são tecnicamente compatíveis apenas com aparelhos CPAP e BiPAP, não possuindo capacidade operacional para suportar concentradores de oxigênio, em razão do elevado consumo energético destes.

Assim, a exigência indistinta de nobreak para todos os equipamentos licitados revela-se tecnicamente inexecutável para parte do objeto.

Além disso, caso o fundamento da exigência seja a preservação da vida em situações emergenciais, é importante destacar que o CPAP não se caracteriza como equipamento de suporte vital.

A eventual interrupção temporária de seu funcionamento não configura emergência médica imediata ou risco iminente de óbito, diferentemente de outros dispositivos críticos.

Dessa forma, a imposição de energia ininterrupta para tais aparelhos não encontra justificativa técnica proporcional.

A manutenção da exigência, tal como redigida, acaba por restringir indevidamente a competitividade do certame, em afronta aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla concorrência, previstos na legislação de regência.

Diante do exposto, **requer-se a revisão do item 12.5, com a adequação da exigência à realidade técnica dos equipamentos, ou, alternativamente, sua supressão em relação aos aparelhos que não demandam suporte energético ininterrupto, de modo a garantir a legalidade e competitividade do certame.**

#### IV. QUANTO AO DESCRITIVO DO OBJETO

Assim dispõe o edital relativamente ao objeto:

##### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1** – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na **prestação de serviço** de locação de Concentradores de Oxigênio e Aparelhos Respiratórios CPAP e BIPAP, conforme exigências contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº **SMS-XXX/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados.

#### ANEXO I

##### TERMO DE REFERÊNCIA

###### 1. OBJETO:

**1.1** – Constitui objeto do presente Termo de Referência, a **prestação de serviços** de locação de concentradores de oxigênio, e aparelhos respiratórios CPAP e BIPAP.

Considerando que o objeto do edital é a prestação de serviços de locação de equipamentos, resta claro que a natureza contratual da relação jurídica firmada com a empresa vencedora é de locação, e não de prestação de serviços propriamente dita, sendo que esta distinção é fundamental para a adequada interpretação do escopo da contratação e, sobretudo, para os efeitos tributários e legais que dela decorrem.

Nota-se que o objeto que efetivamente atende a esta Administração restringe-se ao fornecimento de equipamentos por meio de locação, e a própria dinâmica da execução contratual demonstra que esta Administração não está contratando uma empresa para prestação de serviço, mas celebrando um contrato de locação de bens móveis.

É imprescindível destacar que a incidência tributária sobre a locação de bens móveis difere substancialmente da tributação aplicada à prestação de serviços, não havendo a incidência do ISS sobre contratos de locação de bens móveis, por não haver prestação de serviço propriamente dita.

Nesse sentido, a ora Impugnante requer a retificação do edital a fim de que **seja excluída a nomenclatura “PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO” do objeto licitado, permanecendo apenas LOCAÇÃO.**

**Licitação é sinônimo de Competitividade, onde não há competição, não poderá haver licitação.**

Consubstanciando a importância do Princípio da Competitividade, transcrevemos abaixo o entendimento do Prof. Diógenes Gasparini, apresentado no II Seminário de Direito Administrativo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (fragmento retirado do sítio [http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/14a18\\_06\\_04/diogenes\\_gasparini4.htm](http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/14a18_06_04/diogenes_gasparini4.htm))

*“O princípio da competitividade é, digamos assim, a essência da licitação, porque só podemos promover esse certame, essa disputa, onde houver competição. É uma questão lógica. Com efeito, onde há competição, a licitação não só é possível, como em tese, é obrigatória; onde ela não existe a licitação é impossível.  
(...)”*

*Em suma, o princípio da competitividade de um lado exige sempre em que se verifique a possibilidade de se ter mais de um interessado que nos possa atender, que nos possa fornecer o que desejamos. Essa constatação determina ou não a promoção da licitação. Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento da licitação, mas ele tem uma outra faceta que muitas vezes é desapercibida pelo operador do Direito. Se a competição é a alma da licitação, é evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado. Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição. Procedimento dessa natureza viola o princípio da competitividade.”*

## **V. DA CONCLUSÃO**

Sendo assim, concluímos que o presente edital não atende à legislação pertinente, por conter vícios que o torna nulo para o fim a que se destina, razão pela qual solicitamos que ele seja reformado, tendo em vista que tais modificações afetam diretamente a formulação das propostas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, em cumprimento ao inciso IV, §1º do Artigo 55 da Lei 14.133/21.

*“...§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas. :” (g/n)*

Lembramos por oportuno o que apregoa o Mestre Hely Lopes Meirelles:

*“é nulo o edital omissivo ou errôneo em pontos essenciais, ou que contenha condições discriminatórias ou preferenciais, que afastem determinados interessados e favoreçam outros. Isto ocorre quando a descrição do objeto da licitação é tendenciosa, conduzindo a licitante certo e determinado, sob falsa aparência de uma convocação igualitária.”(g/n)*

## **VI. DO PEDIDO.**

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, esta IMPUGNANTE requer, com supedâneo na Lei nº. 14.133/21 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e a admissão desta peça, para que o ato convocatório seja retificado nos assuntos ora impugnados, ou ainda, como pedido de esclarecimentos, se o caso, até mesmo em razão de sua tempestividade, bem como que sejam acolhidos os argumentos e requerimentos nela expostos, sem exceção, como medida de bom senso e totalmente em acordo com as normativas emitidas pelos órgãos governamentais e de saúde e com os princípios administrativos previstos em nosso ordenamento jurídico.

Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro.

Por fim, reputando o aqui exposto solicitado como de substancial mister para o correto desenvolvimento do credenciamento, aguardamos um pronunciamento por parte de V.S.as, com a brevidade que o assunto exige.

Termos em que,  
Pede deferimento.  
São Paulo/SP, 02 de janeiro de 2026.

ADRIANA LILIANE  
LIMA DA SILVEIRA D  
IPPOLITO:073102477  
01

Assinado de forma digital por  
ADRIANA LILIANE LIMA DA  
SILVEIRA D  
IPPOLITO:07310247701  
Dados: 2026.01.05 12:28:12  
-03'00'

---

**AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**, com sede na Avenida Morumbi, n.º 8.234, 3º andar, Santo Amaro, CEP. 04703-901, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.331.788/0001-19, e todas as suas filiais, neste ato representada pelos seus diretores infra-assinados e identificados.

**OUTORGADA: GISELLA FRANÇA DA SILVA**, Solteira, Brasileira, Advogada e Contadora, portadora do RG n. 266257021 e inscrita no CPF/MF n.º 14506031733, **ADRIANA LILIANE LIMA DA SILVEIRA D'IPPOLITO**, Casada, Brasileira, Administradora de Empresas, portadora do RG n. 106873789 e inscrita no CPF/MF n.º 07310247701, **ANDRESSA DE SOUZA FORMIGONI**, Divorciada, Brasileira, Gestora Financeira, portadora do RG n. 35246826-9 e inscrita no CPF/MF n.º 30876085800 e **BARBARA BARBOSA BENECKE**, Solteira, Brasileira, Advogada, portadora do RG n. 38.804.318-0 e inscrita no CPF/MF n.º 45558336862.

**PODERES ESPECÍFICOS PARA**, independente de ordem de nomeação: 1) Representar a Outorgada perante a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e quaisquer de seus Ministérios, Secretarias, órgãos e Repartições públicas, autarquias, entidades paraestatais, organizações sociais, sociedades de economia mista, qualquer modalidade de Parceria público-privada, autoridades e institutos de modo geral e demais órgãos do Poder Público, para: **a)** efetuar o cadastramento da Outorgante para os fins de sua participação em licitações, em qualquer modalidade, inclusive pregões, apresentando documentos, assinando requerimentos e praticando todos os demais atos necessários a tal finalidade; **b)** entregar envelopes ou pastas (digitais ou físicas) contendo documentos e proposta da Outorgante, acompanhar as respectivas aberturas, verificar e manifestar-se sobre a conformidade das propostas com os requisitos dos respectivos instrumentos convocatórios; **c)** atuar em licitações públicas em geral, em todas as modalidades,

inclusive concorrências, dispensas de licitações, diálogo competitivo, cotações e pregões, acompanhando de envio e abertura dos envelopes, o julgamento das propostas e efetuando lances, renunciando a prazos de recursos e assinando as respectivas atas, tendo vistas de processos administrativos relacionados às licitações, interpondo recursos e acompanhando-os; **d)** assinar ofertas e propostas comerciais destinadas a atender editais de licitações públicas em qualquer modalidade **e)** Ofertar lances e sucessivos, os valores contidos nas ofertas e propostas, até a proclamação do vencedor; **f)** impugnar documento e participação de terceiros, manifestar intenção de recorrer de decisão proferida no curso da licitação, subscrever e assinar recursos administrativos, pedidos de esclarecimento, pedidos de reconsideração, manifestações e impugnações; **g)** praticar, enfim, todos os demais atos afetos a quaisquer modalidades de licitação, sem restrições, para o bom e fiel desempenho deste mandato.

**CONDIÇÕES GERAIS:** (i) O exercício dos poderes outorgados deverá observar em especial a legislação brasileira em vigor e os princípios éticos que norteiam a conduta da Outorgante, sob pena das sanções civis, trabalhistas, penais e administrativas cabíveis. (ii) Este mandato perderá integralmente a sua validade em relação a cada um dos mandatários, na hipótese de rescisão do seu vínculo trabalhista com a Outorgante, em qualquer hipótese. (iii) Os poderes através desta conferidos não autorizam os Outorgados a receber citações e intimações judiciais que não aquelas provenientes da Justiça do Trabalho. (iv) Os poderes por esta conferidos não poderão ser substabelecidos. **(v) A validade desta expirar-se-á automaticamente 24 meses após a data de assinatura deste instrumento.**

São Paulo/SP, 11 de junho de 2025.

MICHELLE  
MAXIMIANO  
MARTINS:214  
13399878

Digitally signed by MICHELLE  
MAXIMIANO MARTINS:21413399878  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM BRANCO),  
ou=16894782000190,  
ou=videconferencia, cn=MICHELLE  
MAXIMIANO MARTINS:21413399878  
Date: 2025.06.12 09:22:42 -03'00'  
Adobe Acrobat Reader version:  
2025.001.20435

YOKABELIS  
RODRIGUEZ  
BATISTA DE  
BAEZ:00750107  
120

Digitally signed by YOKABELIS  
RODRIGUEZ BATISTA DE  
BAEZ:00750107120  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A1, ou=(EM BRANCO),  
ou=16894782000190,  
ou=videconferencia, cn=YOKABELIS  
RODRIGUEZ BATISTA DE  
BAEZ:00750107120  
Date: 2025.06.12 09:22:55 -03'00'  
Adobe Acrobat Reader version:  
2025.001.20435

**AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.**



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DIEGO DA SILVA NOGUEIRA, em quarta-feira, 16 de abril de 2025 13:36:33 GMT-03:00, CNS: 11.945-3 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS DO DISTRITO DE JARDIM BELVAL/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Proveniente nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

  
0550  
Polegar Direito



*Adriana L. da Silveira D'Ippolito*  
Assinatura do Titular

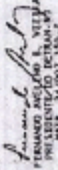
CARTERA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL  
10.687.378-9  
DATA DE EXPEDIÇÃO  
19/12/2012

NOME  
ADRIANA LILIANE LIMA DA SILVEIRA  
D'IPPOLITO  
FILIAÇÃO  
MARIO ANTONIO DA SILVEIRA  
MARIA TEREZINHA LIMA DA SILVEIRA  
NATURALIDADE  
PARÁ  
DOC. ORIGEM  
C. CASM LIV 000118A FLS 253 RJ  
RIO DE JANEIRO  
CPF  
073.102.477-01  
001  
2 Via

DATA DE NASCIMENTO  
24/04/1977  
TERM 0003242 C 003

  
MARIANA DE OLIVEIRA  
PROFESSORA DE DIREITO  
NATE. 24/007.550-7

0550

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83